

SEÇÃO: EDITORIAL

EDITORIAL

André Prous

Com o volume duplo 30/31, completamos 45 anos na posição de editor dos *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG*. Isto se fez, inicialmente, de modo informal e por iniciativa minha (com a ajuda das sucessivas secretárias do Setor de Arqueologia). Nesta época, a maior parte dos artigos foi dedicada a arqueologia, embora dentro de uma perspectiva geralmente pluridisciplinar.

Nesses últimos anos, continuamos como editor, desta vez de forma oficial e com a essencial participação de Mariana Dutra, atual responsável pelo Setor de Comunicação do MHNJB da UFMG. Artigos de outras disciplinas tornaram-se então mais numerosos na revista.

Já aposentado desde 2014 da UFMG, ainda continuo como voluntário minhas atividades no Museu e no Programa de Pós Graduação em Antropologia e Arqueologia da UFMG; contudo, agora vem a hora de passar este encargo para uma equipe nova, mesmo que eu espere poder ainda fornecer contribuições a esta revista que se dedicou particularmente à arqueologia. É de se esperar que agora se reforce ainda mais a participação das demais disciplinas que atuam no âmbito da História Natural, fazendo cada vez mais jus ao nome do Museu. O termo de História Natural não está mais na moda, pois há mais de meio século que os pesquisadores e as revistas científicas tendem a se especializar. Um rumo que se justificou pela complexidade crescente dos conhecimentos e a formação cada vez mais específica dos universitários. Contudo, após mais de um século de separação crescente das áreas de conhecimento, nos últimos decênios se reconhece a necessidade de encontros entre as especialidades. A importância crescente da ecologia que vem agora se impondo até nas políticas nacionais e internacionais (através do reconhecimento da sua contribuição para garantir um futuro para a humanidade) evidência a necessidade de diálogo e cooperação de conhecimentos entre disciplinas que até recentemente pouco dialogavam entre si. De certa forma, estou satisfeito em ter tentado manter desde o início, dentro do campo da arqueologia a cooperação entre as diversas ciências da terra (essenciais para a obtenção dos dados arqueológicos e a situação das sociedades em seu ambiente geográfico), da vida (a arqueologia, sobretudo quando pré-histórica, estuda as formas de

adaptação da humanidade ao seu ambiente e as consequências das suas intervenções nos sistemas naturais), as áreas de humanas (pela própria finalidade da arqueologia) e até das ciências ditas “exatas” (análises de materiais, datações etc.). Assim sendo, a revista *Arquivos* refletia isto até nas publicações de arqueologia, das quais participaram frequentemente pesquisadores formados nas áreas mais diversas.

O presente volume dos *Arquivos* continua nesta linha.

ARTIGOS

O artigo de autoria de J. F. Pereira Linhares, M. I. de Araújo Rodrigues, J. P. Tadeu Dias e C. Bittencourt Pinheiro busca identificar as espécies vegetais utilizadas pelos indígenas do Maranhão descritas pelo capuchino Claude d’Abbeville nos primeiros anos do século XVII. Obviamente, a identificação botânica desses vegetais dentro do moderno sistema Lineano, criado mais de um século depois, não é tarefa fácil, sobretudo pelo fato de que d’Abbeville não acompanhou seu texto por ilustrações precisas (à diferença do franciscano botânico André Thevet, que descreveu e desenhou vegetais do litoral carioca mais de meio século antes). O que poderia parecer um simples exercício de botânica comparada acaba complicando-se por envolver as peculiaridades de três línguas: a dos indígenas tupi do Maranhão, as equivalências fonéticas desta com o português ibérico dos Jesuítas, e o francês do século XVII (cuja pronúncia difere bastante daquela do francês atual).

Notemos de passagem que, se a introdução de plantas do velho mundo no Brasil se acelerou a partir da criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1808, vários vegetais do “Velho Mundo” já tinham sido trazidos para o Brasil, sendo os mais conhecidos a cana de açúcar e a bananeira.

Em seu artigo “Presença de sub fósseis de Tinamiformes e Falconiformes no sítio arqueológico Lapa do Santo (Holoceno) Estado de Minas Gerais, Brasil”, Artur Chahud identificou ossos de dois exemplares de aves nas escavações arqueológicas realizadas na Lapa do Santo (região de Lagoa Santa, MG) e discutiu as implicações paleo climáticas da sua presença no local. Os Tinamiformes vivem hoje em ambiente mais úmido que aquele que hoje impera no local; assim sendo, sua presença no sítio poderia refletir um episódio climático diferente no Holoceno, que teria permitido a expansão da mata atlântica até o sítio arqueológico. Poderia também se considerar outras possibilidades; por exemplo, que o animal tivesse sido capturado pelos

humanos que frequentavam a lapa e teriam trazido o animal, vivo ou morto. Com efeito, a distância é muito pequena, ainda hoje, entre a mata atlântica e os cerrados de Lagoa Santa.

Para estudar as “pedras do sino”, Agnelo Queirós procurou a colaboração de um músico e engenheiro de som (A. Magalhães), de um geólogo (C. U. Veríssimo) e de uma arqueóloga especialista em arqueologia quantitativa (M. C. Lage). Embora desde o século XIX naturalistas tenham notado no Brasil a ressonância da pedra gravada de Itamaracá (PA), a arqueologia dos sons (arqueo-acústica) é uma disciplina recente. Depois dos trabalhos pioneiros do francês Reznikoff nas igrejas românicas e, em 1983, em grutas pré-históricas francesas, ela se desenvolveu nos últimos 20 anos. Nos Estados Unidos, pesquisadores notaram a presença em sítios abertos com registros rupestres em locais onde a transmissão dos sons era notável (o que tínhamos mencionado a respeito do sítio de Santana do Riacho, em Minas Gerais), enquanto os Europeus se dedicavam mais a tentar correlacionar as pinturas ou gravuras realizadas em grutas com os locais de maior reverberação dos sons. No Brasil, o estudo realizado por Queirós e seus colaboradores é absolutamente pioneiro e mostra que, nos estados do Ceará e do Rio Grande, as “pedras sino” são marcadas por conjuntos de *cupules* gravadas, depressões ausentes dos rochedos vizinhos. Este trabalho deve despertar a atenção dos pesquisadores de outras regiões; por exemplo, poderia se visitar o bloco sobre pedestal marcada por *cupules* do Porco Preto, na região de Lagoa Santa, MG.

O artigo “Ocupações coloniais e pré-coloniais no litoral leste do Estado do Ceará, Brasil: cultura material, paisagem e cronologia”, de autoria de V. Santos Jr, A. Bezerra, A. de Alencar Martins, D. de Oliveira, C. Celestino Rios, e L. J. do Nascimento Souza, apresenta um grupo de sítios do litoral cearense, o qual passou a ser estudado de forma mais intensiva apenas nos últimos anos. Mostra a passagem progressiva de portadores da tradição ceramistas “Tupi” (também dita *Tupiguarani*) para populações coloniais. É de se notar que na mesma região encontram-se sítios ainda pouco compreendidos, que comportam outros tipos de cerâmica, ainda pouco estudados (particularmente, *Papeba*, e possivelmente, *Mina*), cujas características e inter-relações com a cerâmica tupiguarani os pesquisadores cearenses estão atualmente tentando desvendar. Mas o artigo de Santos e colaboradores vai bem além do estudo de coleções locais, ao fazer uma revisão e atualização das datações conseguidas recentemente para todos os sítios tupiguarani, tanto no litoral quanto no interior do estado do Ceará. Comparando de forma crítica os resultados de análises de carvão e concha (radiocarbônicas), por termoluminescência (de cerâmica) e de sedimentos, mostram a possibilidade que os portadores da cerâmica “Tupi”

estivessem presentes no estado no período 700/1300 antes do presente, enquanto até há pouco se admitia uma chegada desta tradição apenas nos últimos séculos antes da irrupção dos portugueses no litoral.

Em “Incêndios em museus: os problemas gerados nos acervos a partir do caso do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais”, A. Neiva Almada aponta as fraquezas das instituições públicas brasileiras que tratam do patrimônio cultural, tais como a ausência de alvarás e projetos de segurança. A seguir enumera casos de destruição (geralmente por incêndio e causados em função de problemas elétricos) de monumentos, bibliotecas e acervos museológicos em vários continentes ocorridos desde meados do século XX. A lista é impressionante e ainda poderia se estender (por exemplo, a destruição do riquíssimo acervo do Museu do Cinema ocorrida em Paris em 1997). Ela permite relativizar a ideia vigente (contudo, não completamente errada) de que os bens culturais retirados (geralmente a força) de antigas colônias estariam obrigatoriamente em melhor segurança nas instituições dos países europeus do que em suas terras de origem. Finalmente, o autor analisa e descreve os estigmas deixados pelo incêndio ocorrido no Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG nas cerâmicas populares do Vale do Rio Jequitinhonha (por sinal, a menos afetada das coleções).

Este artigo é como um prefácio ao dossiê que segue, preparado a pedido da então diretora Mariana Lacerda a algumas das pessoas que participaram do resgate do que foi possível salvar do incêndio de 2020 e do projeto Renasce Museu.

DOSSIÊ RENASCE MUSEU

André Leandro apresenta o histórico e as características do projeto Renasce Museu, destinado a diagnosticar as condições do acervo e da documentação resgatados. Lembra a participação dos mais de 1450 benfeitores que asseguraram a contrapartida financeira ao financiamento obtido do BNDES, permitindo assim a obtenção dos equipamentos e dos recursos necessários para assegurar a gestão e a realização efetiva do projeto.

Luana Cardoso de Andrade, Gabriel Luiz Menezes Gomes e Alexandre Liparini apresentam sua participação à recuperação e organização dos restos paleontológicos recuperados após o incêndio; destacamos a grata participação da primeira autora, colaboradora do Laboratório de Paleontologia da Universidade Federal de Pernambuco, que veio se colocar à disposição da equipe da UFMG.

Agésilau Neiva Almada, Alessandra Rosado, Amanda Luzia da Silva, Helena Ferreira Viana e Valerie Midori Koga Takeda relatam a formação da equipe de conservação e restauração, assim como descrevem os procedimentos estabelecidos. Destaca-se que, além de tratar as peças recuperadas, o trabalho da equipe se estendeu à documentação escrita que não tinha sido exposta ao fogo, mas que fornecia informações sobre os acervos afetados.

Deste dossiê acabaram não participando os arqueólogos, embora eles tenham trabalhado na parte da reserva mais afetada, e na qual viraram fumaça os artefatos de osso, concha, fibras vegetais e até penas, assim como as coleções de esqueletos humanos e animais, o rico e excepcional acervo de restos alimentares vegetais e faunísticos. Diante do desaparecimento praticamente total do fruto de mais de quarenta anos de trabalhos de campo realizados por aqueles mesmos que escavaram em busca de alguns poucos fragmentos as cinzas do que eles mesmos tinham retirado nos sítios arqueológicos durante todos esses anos, só restou o silêncio.

Felizmente, muitos desses vestígios estavam publicados; de muitos tinham sido retirados amostras para análises. Também se preservaram a cópia de relatórios inéditos detalhados; ainda, salvaram-se os trabalhos de levantamento e identificação (particularmente no caso dos restos vegetais), de forma que ainda poderemos publicar essas informações. Mesmo assim, estes materiais não serão mais disponíveis para novas abordagens analíticas.

REPRODUÇÕES DE REGISTROS RUPESTRES

Nos anos de 1970 e 1980, a equipe do Setor de Arqueologia do MHN-UFMG associada à Mission Archéologique francesa de Minas Gerais realizou numerosas escavações e levantamentos rupestres. Em razão do alto custo da publicação em papel, apenas o levantamento do Grande Abrigo de Santana do Riacho foi então publicado integralmente em papel nos *Arquivos do Museu de História Natural da UFMG* (volume XIII/XIV, pp. 195-239). Contudo, nos anos de 1980 e 1990, outros levantamentos foram publicados na forma de microfichas, editadas pelo Instituto d’Ethnologie de Paris, sediado no Musée de l’Homme de Paris. As leitoras de microfichas tendo desaparecido das bibliotecas e o conhecimento da língua francesa tendo recuado entre os estudantes brasileiros, este material acabou sendo indisponível para a geração atual. Levando em conta a possibilidade atual de realizar sem muito custo edições *online*, decidimos colocar de novo esses documentos à disposição do público, particularmente latino-americano, traduzindo a apresentação dos sítios e dos registros rupestres para o português. Neste volume dos *Arquivos* testamos esta opção, apresentando o sítio Toca do Índio

de Andrelândia. Este abrigo foi sondado e seu registro rupestre copiado por calque em 1984 com o apoio de um grupo de estudantes da cidade. Após a pesquisa, estes jovens montaram uma ONG (o NPA, Núcleo de Pesquisa Arqueológica), compraram o sítio e seu entorno, transformando-o em Parque Arqueológico, e desde então o vem mantendo, apresentando-o aos turistas dentro de um quadro protegido. O trabalho desses entusiasmados e dedicados jovens se manteve desde então, embora vários deles não morem mais na pequena cidade mineira. Em reconhecimento por sua atuação, em 2003 o Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. A iniciativa foi considerada a melhor ação de defesa do patrimônio arqueológico brasileiro após concorrer com 126 ações de todo o Brasil.

Em homenagem a esses “amadores” no sentido mais nobre da palavra, decidimos tornar este sítio o primeiro a ser divulgado neste formato digital, e solicitamos ao Promotor de Cultura Marcos Paulo Miranda que apresentasse o histórico do trabalho realizado pelo NPA.

Nos próximos volumes desta revista, pretendemos publicar da mesma forma sítios do centro mineiro e do vale do Rio Peruaçu.

RESENHA

Fechamos este volume do *Arquivos* com uma resenha do livro de L. Le-Quellec *La Caverne Originelle. Art, mythes et premières humanités*. Pareceu-nos importante trazer aos leitores brasileiros esta obra muito original que, após uma detalhada revisão das sucessivas abordagens dos registros rupestres do Paleolítico europeu, propõe uma nova pista de pesquisa, a partir de um exaustivo levantamento das mitologias mundiais. Ao longo de vários anos de pesquisa, um estudo exaustivo dos temas mitológicos relacionados ao aparecimento da humanidade levou este pesquisador a tentar avaliar a antiguidade relativa de cada versão, a partir da sua extensão geográfica documentada histórica e arqueologicamente. A partir disto, considera suas possíveis correlações com as manifestações gráficas antigas documentadas arqueologicamente.